O PERCURSO DIACRÓNICO DOS MODAIS E SEMIMODAIS EM

PORTUGUÊS E EM INGLÊS E AS SUAS GRAMÁTICAS

Maria Francisca XAVIER¹

RESUMO: Ao observarmos comparativamente os léxicos das línguas, de diferentes períodos históricos ou, até mesmo, de sucessivos estados de aquisição de uma língua, verifica-se que são os conjuntos de itens gramaticais que, no essencial, permitem

caracterizar as respectivas gramáticas a que estão associados, na perspectiva de

Chomsky (1982; 1995), entre outros.

Revelando a diacronia dos sistemas de auxiliar verbal uma mudança linguística típica do processo de gramaticalização, visto que os verbos lexicais são reanalisados como verbos auxiliares, aqui restrinjo o meu objecto de estudo aos auxiliares modais e semimodias em Português e em Inglês. Assim, apresento os resultados de um estudo comparativo, ainda em início, por um lado, entre a formação e o desenvolvimento dos modais e dos

semimodais em Português e em Inglês, por outro, das suas diferenças e semelhanças

morfossintácticas.

Este estudo tem como objectivo principal demonstrar a relação entre as propriedades gramaticais dos modais e semimodais e os sistemas gramaticais das línguas, através da comparação entre o Português e o Inglês. Assim, procuro relacionar o facto de os modais ingleses terem passado a constituir, a partir do Inglês Moderno (1536...), uma classe morfossintáctica homogénea, com características distintas dos outros verbos, funcionando associados a uma gramática que resultou de importantes mudanças em simultâneo, com o facto de os modais portugueses terem continuado a revelar comportamentos com semelhanças, mas também diferenças entre eles, funcionando associados a uma gramática que, comparativamente ao Inglês, se distingue substantivamente ao nível morfossintáctico e quase não mudou ao longo da sua

História.

PALAVRAS-CHAVE: modais; semi-modais; gramaticalização; português; inglês

As histórias das línguas mostram que os verbos auxiliares em geral resultam da

gramaticalização de verbos plenos, facto que surge associado a importantes mudanças

nos sistemas gramaticais das línguas. Nestes termos, a comparação da emergência e do

desenvolvimento dos verbos modais em Português e em Inglês, que aqui apresento,

visa, em primeira instância, descrever e explicar algumas diferenças e semelhanças entre eles, bem como a sua relação com as diferentes gramáticas a que os modais estão associados, tanto em sincronia como em diacronia.

Comparando as Histórias do Português e do Inglês

Como se sabe, tanto o Latim, antepassado do Português, como o Germânico, antepassado do Inglês, eram línguas indo-europeias com uma morfologia flexional rica, com caso morfológico e sem verbos auxiliares. Seriam línguas SOV de acordo com a tipologia proposta por Greenberg (1963 ...).

Actualmente, tanto o Português como o Inglês são línguas SVO, sem caso morfológico generalizado, sendo contudo óbvia e significativa a diferença entre a morfologia flexional rica do Português e a morfologia flexional pobre do Inglês, pela importância que estas têm na caracterização tipológica de cada uma delas – o Português como língua de sujeito nulo e o Inglês de sujeito obrigatório – de acordo com a Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Generativa (Chomsky, 1982; 1995). Em contrapartida, o sistema de verbos auxiliares do Português é comparativamente mais pobre do que o do Inglês.

Para se poder localizar comparativamente a cronologia das mudanças de que aqui vou dar conta, começo por um breve olhar sobre os períodos da História externa do Português e do Inglês.

É oportuno notar que o início e a periodização da história de cada uma destas línguas não são de modo nenhum coincidentes, uma vez que o começo das histórias políticas dos países responsáveis pela denominação daquelas línguas é cronologicamente afastado um do outro. Todavia, o conhecimento de que as línguas não se iniciam simultaneamente com a fundação dos países em que são faladas, leva a que seja

indicado um período de 7 séculos anterior à própria história, na periodização da História do Português, que a seguir apresento e que é uma versão simplificada e adaptada das propostas de Cintra, Cuesta, Neto e Leite de Vasconcelos, apresentadas pelo Prof. Cintra no seu curso de 1977-78 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Paralelamente a esta, incluo a versão corrente da periodização da História do Inglês de Jespersen, Baugh e Traugott (1972), entre outros, em que é indicado o início da língua inglesa coincidindo com a data do começo das invasões germânicas que estão na origem do reino de Inglaterra.

Períodos da História do Português		Períodos da História do Inglês	
Port.Pré-histórico/Pré-literário	s. VI-1200	Ingl. Antigo	449-1066
Port. Antigo/Galego-Português	1200-1410	Ingl. Médio	1066-1520
Port. Médio	1410-1536	Inglês Moderno	1520
Port. Moderno	1536		

Como se pode ver ao comparar as datas das duas periodizações transcritas acima, o período denominado Pré-histórico ou Pré-literário do Português corresponde em grande parte ao período do Inglês Antigo. Deste último, contrariamente ao que acontece com o período que antecede o Português Antigo, do qual há apenas textos em Latim, existe abundante documentação, inclusivamente literária, a partir da qual foram elaboradas gramáticas descritivas que ilustram um sistema gramatical semelhante ao do Latim.² Ambos tinham caso morfológico, morfologia flexional verbal e nominal ricas e não tinham verbos auxiliares. Estes são aspectos que tanto os textos do final do período Pré-histórico ou Pré-literário do Português como do final do Inglês Antigo revelam já terem

² Para uma gramática descritiva do Inglês ver, por exemplo, Bright (1891).

tido mudanças. O sistema de casos deixara de funcionar e também o sistema de auxiliar verbal revela alterações no Português Antigo relativamente ao período anterior.

Nos textos do final do Inglês Antigo verifica-se uma forte redução dos casos bem como a diminuição da morfologia flexional de concordância, mudanças principalmente resultantes do contacto entre o Inglês e as línguas escandinavas no território britânico durante aquele período.

As datas que vão desde o início do período do Português Antigo até final do Português Médio são próximas daquelas que delimitam o Inglês Médio. Durante este período, em que o Inglês tem um contacto prolongado e intenso com o Francês, continuam a aumentar as mudanças já atestadas nos textos em Inglês Antigo, tais como o quase completo desaparecimento da morfologia flexional, tanto dos casos sendo substituídos por preposições, como do sistema de concordância verbal e nominal, e também o processo de gramaticalização de verbos lexicais, que irá dar origem ao sistema actual de auxiliar verbal perifrástico, temporal, modal e aspectual, onde se incluem, necessariamente, os auxiliares modais e semi-modais e, ainda, o *do* auxiliar. A língua inglesa estava a mudar de um sistema SOV para SVO em que as frases apresentam, progressivamente, menos ordens de constituintes. O século XVI é apontado por Lightfoot (1979) como o tempo da generalização daquelas mudanças.

As mudanças linguísticas da História do Português são muito menos importantes, menos óbvias e significativas do que as verificadas na diacronia do Inglês. Por essa razão, as mudanças que começaram a ser descritas com uma abordagem generativa por Martins (1994) são mais subtis e diluídas no tempo. De facto, a mudança de um sistema gramatical correspondente a uma língua SOV para SVO e o desaparecimento dos casos morfológicos haviam acontecido no início do período Pré-histórico ou Pré-literário do Português. Os textos do final deste período revelam já a predominância da ordem SVO

e a irrelevância de flexões aparentemente casuais (Xavier, Silva, Fièis, 2002; Silva, 2003, entre outros). A morfologia flexional nominal (género e número) e verbal (tempo, modo, pessoa e número) mantém-se a mesma desde o início da História do Português até ao Português europeu actual.

No entanto, era necessário explicar as diferentes ordens de constituintes atestadas nos textos portugueses antigos, que não são realizáveis no Português actual, tais como:

- (i) a colocação do verbo no infinitivo à esquerda do verbo na forma finita;
- (ii) complementos nominais e preposicionais à esquerda do verbo;
- (iii) elementos de diferentes categorias interpolados à direita dos pronomes clíticos em próclise e à esquerda do verbo.

Estas ordens são atribuídas a um mecanismo de 'scrambling', possibilitado por um sistema gramatical associado a uma estrutura funcional diferente do actual, cujos efeitos aparecem registados com mais intensidade nos textos em Latim tardio do que em Português Antigo, continuando a enfraquecer ao longo dos séculos da História do Português (Xavier; Fiéis; Silva, 2002; Silva, 2003; Fièis, 2003).

Comparando verbos modais portugueses e ingleses

Sendo a modalidade um domínio linguisticamente complexo e com realizações diversas e variáveis nas línguas em geral, há ainda muito trabalho a desenvolver sobre ele. Aqui pretendo apenas dar início ao estudo comparativo, sincrónico e diacrónico dos modais portugueses *poder*, *dever* e *ter de* e dos seus equivalentes ingleses mais próximos *can*, *could*, *must* e *have to*.³

É de notar desde já que, na descrição inglesa, *have to* é considerado um quasi-modal por ter um funcionamento morfo-sintáctico distinto dos denominados verdadeiros modais.

³ A breve descrição dos modais em Português europeu que se segue, corresponde no essencial à descrição de Fátima Oliveira contida em Mateus et al. (2003).

Como se verá adiante, não é tão evidente essa distinção no Português relativamente aos modais, porque embora a diferença de comportamento, por exemplo, entre *dever* e *ter de* não seja tão grande como no caso dos equivalentes ingleses, o comportamento e a história de ambos também não são idênticas.

Em sincronia, os verbos *poder*, *dever* e *ter de* ocorrem seguidos de verbos no infinitivo impessoal e, semanticamente, exprimem valores modais de possibilidade, probabilidade e necessidade. Os modais portugueses apresentam características comuns e outras diferentes dos outros verbos portugueses:

- (i) têm flexões de pessoa, número, tempo e modo. O verbo modal *dever*, ao contrário do verbo pleno *dever*, não funciona, no entanto, no pretérito perfeito do indicativo, sendo por isso substituído por *ter de* neste tempo verbal:
- 1. a) *Deveste dizer isso.
 - b) Tiveste de dizer isso.
- (ii) podem ocorrer em sequência e alternar as suas posições relativas, apresentando, contudo, algumas restrições sintácticas e/ou semânticas, que os exemplos seguintes ilustram:
- 2. a) O João pode ter de ir trabalhar amanhã.
 - b) O João deve poder ir trabalhar amanhã.
 - c) O João deve ter de ir trabalhar amanhã.
 - d) O João tem de poder ir trabalhar amanhã.
 - e) * O João pode dever ir trabalhar amanhã.

f) *O João tem de dever ir trabalhar amanhã.

Nas frases acima, a única interpretação modal das sequências é a epistémica, a de possibilidade para as sequências introduzidas por *poder* e a de probabilidade para aquelas introduzidas por *dever* ou *ter de* (Mateus *et al.*, 2003).

- (iii) *poder* e *dever*, ao contrário de *ter de*, são semântica e, por vezes também, pragmaticamente ambíguos;⁴
- (iv) são semi-auxiliares, de acordo com critérios de auxiliaridade, funcionando por vezes como verdadeiros verbos auxiliares, outras vezes como não auxiliares (Pontes, 1973; Gonçalves 1996).
- Quando funcionam como auxiliares, os modais não seleccionam o argumento que desempenha a função de sujeito da frase, este é seleccionado pelo verbo principal no infinitivo do sintagma verbal seu complemento (ver 3.a,b); só admitem uma negação frásica, a qual precede os modais (3c), e os pronomes clíticos são atraídos por eles (3.d,e), evidenciando um único domínio frásico:
- 3. a) O João pode/deve nascer amanhã.
 - b) A Maria pode/deve comprar o carro amanhã.
 - c) A Maria não pode/deve comprar o carro amanhã.
 - d) A Maria pode/deve-o comprar amanhã.
 - e) A Maria não o pode/deve comprar amanhã.

⁴Sobre a semântica dos modais em Português europeu, ver Campos (1989), entre outros; sobre a comparação semântica de *dever* e *ter que* em Português do Brasil, que se pode aplicar também ao Português europeu, ver Oliveira; Scarduelli (2008).

- Quando os modais portugueses têm um comportamento de não auxiliar, por um lado, a negação é colocada à esquerda do verbo da oração subordinada infinitiva, tendo escopo apenas sobre esta, por outro lado, os clíticos permanecem na oração infinitiva do verbo que os selecciona:
- 4. a) O João pode/deve vê-los amanhã.
 - b) A Maria pode/deve não lhos dar amanhã.

Comparando os modais *can, could* e *must* com *poder* e *dever,* observa-se que também estes são semântica e, em certas situações, pragmaticamente ambíguos, enquanto *have to* não o é, à semelhança de *ter de*.

Contrariamente ao que acontece em português, os verdadeiros modais ingleses não têm um estatuto sintáctico duplo, à excepção de *need*. São verbos auxiliares que lexicalizam a informação linguística de modalidade, apresentando características muito particulares que os agrupam numa sub-classe de verbos auxiliars homogénea:

- (i) ocorrem apenas em orações finitas e precedem na frase outro verbo no infinitivo sem *to* (auxiliar temporal, aspectual ou principal), sendo o sujeito da frase um argumento do verbo principal:
- 5. a) John can/could/may/might/must/shall/should/will/would have been playing the piano.
 - b) John can/could/may/might/must/shall/should/will/would be playing the piano.
 - c) John can/could/may/might/must/shall/should/will/would play the piano.
- (ii) não flexionam na 3^a. pessoa do singular do presente, alternando apenas entre si e com verbos auxiliares ou principais temporalizados em contextos declarativos afirmativos:

- 6. a) *It is important that he cans/musts study
 - b) It is important that he can/must study.
 - c) It is important that he studies.
- (iii) não podem co-ocorrer com outro modal, mas podem com semi-modais:
- 7. a) *It is important that he can must study.
 - b) It is important that he can have to study.
- (iv) não têm inerentemente informação de tempo presente e passado, sendo por vezes substituídos por semi-modais, por exemplo, *be able to* e *have to*:⁵
- 8. a) John can/could/must do that.
 - b) John is/was able to do that.
 - c) John has/had to do that.
- (v) não ocorrem com o auxiliar *do*, nas frases interrogativas invertem a posição com o sujeito e a negação vem à sua direita, embora tenha escopo sobre eles:
- 9. a) Can/could/must you do that?
 - b) *John doesn't can/could/must do that.
 - c) John can/could/must not do that.

Em diacronia

Com o intuito de aumentar a base cronológica das fontes textuais e a sua diversidade tipológica relativamente ao trabalho realizado por Silva (2003), que assenta em dados extraídos de textos não literários, em Latim tardio do século XI e XII e em Português dos séculos XIII e XIV, constitui um 'corpus' textual do século XIII e outro do século XV e neles inclui, para além dos anteriores, as CSM - Cantigas de Santa Maria, do século XIII, o LC - Leal Conselheiro e o LEBC - Livro da Ensinança de Bem Cavalgar

⁵Sobre a possibilidade da interpretação de tempo presente e passado coexistir ou não com o valor epistémico ou com o deôntico de alguns modais e semi-modais ingleses, em particular de *can*, *could* e *have to*, ver Stowell, 2004.

Toda Sela, do século XV, que constam do CIPM - Corpus Informatizado do Português Medieval.⁶ Sendo este últimos textos didático-moralistas, pretendi ao incluí-los no 'corpus' textual aumentar o número e o tipo de contextos de ocorrência dos verbos modais a investigar. Neles encontrei, de facto, um número significativo de construções com *dever*, não acontecendo o mesmo com *ter de*. Futuramente a pesquisa deverá ser alargada a textos dos séculos seguintes e também de outros tipos.

Historicamente os verbos *poder* e *dever* ocorrem com muita frequência, enquanto *ter de* tem uma frequência muito reduzida, mas que vai aumentando progressivamente. Este facto reflecte-se naturalmente no seu funcionamento linguístico e também pragmático. Por essa razão, a comparação que apresento aqui incide essencialmente sobre os verbos *poder* e *dever*.

Da análise dos verbos *poder e dever*, apresentada em Xavier, Vicente e Crispim (2002) e no DVPM 'online' bem como da nova observação dos dados extraídos de 'corpora' dos séculos XIII e XV, obtêm-se semelhanças e algumas diferenças entre eles ao longo dos séculos, as quais sintetizo e ilustro com abonações por ordem cronológica (exemplos de 10 a 13ª9, a seguir:

- (i) ocorrem sempre associados a um verbo principal no infinitivo, nunca a outro verbo modal, podendo o verbo principal não estar expresso (10. f);
- (ii) a partícula de negação vem sempre antes do verbo modal (10.a,b,d); (11.e,g);
- (iii) os clíticos são em geral atraídos para junto do verbo modal, (10.b,c,g); (11.a,c,f); (12.a,b,c); (13.b,d,c), mesmo sem proclisadores a atrair os clíticos para a esquerda do modal (10g).
- Século XIII

[poder + SVinf]

_

⁶ Sobre o CIPM e o DVPM - Dicionário de Verbos do Português Medieval ver, por exemplo, Xavier; Crispim, 2002 e http://cipm.fcsh.unl.pt. A lista das referências das fontes, que nos exemplos estão referenciadas pela data seguida da sigla do texto, encontra-se no final do artigo.

- 10. a)1214 TL: E mãdo ainda que se s'asunar todos no poderem ou no quisere ...
 - b)1255 CA: e se en alguum lugar aparecere ne nos ne as que ueere depos nos no nos *possamos* delas *aiudar*
 - c) 1280? FR: se lho poder provar possao deytar da accusassõ
 - d) 1280? FR: E nõ *possa* sa molher *demandar* parte dellas
 - e)1280? FR: Os viãdantes *possã* as bestas ou seus gaados *meter* a pacer enos logares que ...
 - f)1288 CHP: e rogulj e pregulu quantu heu maes posso que ma ffaza coprir
 - g) CSM313: "... acorre-nos, Virgen santa, ca non cuidamos a cras chegar; mais tu esta coita nos *podes* toda *toller*".

[dever (a/de/por) + SVinf]

- 11. a) 1214? NT: e qua li o devem por sanar
 - b) 1260CHP: Et *devedes a dar* cada anno in nostro conventu~ uno modio de sal na Manãs
 - c) 1269 HGP: & nos devemos d'amparar com esta vina que a vos damos
 - d)1271 CA: uos fazede o que uirdes & entenderdes que deuedes fazer sobre tal feyto
 - e) CSM051: Non dev null' ome desto per ren dultar ...
 - f) CSM002: e poren nos *dev' ajudar*, ca x' é noss' avogada.
 - g) CSM218: Non dev' a entrar null' ome na eigreja da Sennor ...
- Século XV

[poder + SVinf]

- 12. a) DN70: E perteeçer deve E mjlhor sse o vos mjlhor *poderdes cobrar* e aver e dedes
 - b) LEBC: E assy em as cousas que nos pera detras *podem derribar*, do geito do corpo
 - c) LC: empero que de congruencia da voontade de deos se *possa* todo pecado *perdoar*. E em este modo todo pecado mortal se *pode dizer* inremyssyvel.

- 13. a) DN70: E *perteeçer deve* E mjlhor sse o vos mjlhor poderdes cobrar e aver e dedes
 - b) DN154: tam pobre que peça smolla e lhe deua de seer dada
 - c) DN 164: Como o foe e deue seer que cousa no faleça.
 - d) LC: ainda que cada hu~u~ porem se *deva d'esforçar* quanto mais poder a buscar todos boos remedios que per ssi poder cuydar
 - e) LC: Diz-se ainda inremyssyvel per pryvaçom, por que nom ha a congruencia por que se *deva perdoar*
 - f) LEBC: O quinto, que guarde aquella ordem que igualmente deve guardar em qual quer outra cousa que se screver deva
 - g) LEBC: as que per tal mester de pelleja mais convem som as principaaes que *devemos a aprender* e aver.

Os factos acima sintetizados mostram um comportamento uniforme dos modais *poder* e *dever*, que os caracteriza como auxiliares com base nos critérios de auxiliaridade aplicáveis ao Português, mas não ao Inglês, visto que esta língua não coloca a negação à esquerda dos modais, nem tem pronomes clíticos sintácticos.

Pode-se ainda observar, nos exemplos acima, que o *dever* modal ocorre nos textos antigos seguido de preposição, como também acontece no Português europeu actual. No entanto, contrariamente ao que acontece actualmente, a preposição que aparece com o modal *dever*, no século XIII, é variável, sendo maioritária a preposição *a*. Nas 427 ocorrências de *dever* modal dos textos não literários daquele século, encontram-se: 217 sem preposição, 204 com a preposição *a*, 3 com *de* e, ainda, 3 com *por*, enquanto nas *Cantigas* a única preposição atestada é a preposição *a*.

Nos dados do século XV são muito menos frequentes as realizações de preposição com *dever* modal, e quando esta ocorre é já em maior número a preposição *de*, a única realizável actualmente no Português europeu. Nos textos não literários daquele século

ocorre apenas a preposição *de* com 9 abonações. Em 869 ocorrências de *dever* no LC e no LEBC, textos didático-moralistas, foram contabilizadas: 832 ocorrências sem preposição, 34 com a preposição *de* e apenas 3 com *a*.

Ter de tem uma expressão muito diminuta nos textos do século XIII, sendo *haver* que tem mais abonações, aparecendo este seguido de diferentes preposições, as mesmas que ocorrem com *dever*, neste século: [haver de/a/por + SVinf].

Nas *Cantigas de Santa Maria*, século XIII, encontram-se apenas 2 ocorrências de *ter de* (14. a,b), a par de outra sem preposição (14. c), e nos textos do século XV, LC - *Leal Conselheiro* e LEBC - *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* encontra-se o total 8.

- Século XIII

[ter(de) + SVinf]

- 14. a) CSM113: Por razon *tenno d' obedecer* as pedras à Madre do Rei
 - b) CSM309: e porend' un ome bõo lles disse que sse *tevessen de faze-la* ata quando de Deus tal sinal ouvessen do logar u a farian a ssa Madr', und' el é Padre.
 - c) CSM075: Omildade con pobreça ...
 O crerigo, *macar teve* que lle dizia dereito a Virgen Santa Maria
 - d) CHP068: sse teueren algũa cousa dadubar cõ nosso Senhor el Rej
- Século XV
- 15. a) LC: E muytas vezes ofendem a deos aquelles que oficio *teem de reger* outros, e aquelles que som regidos ficam na graça do que os rege.
 - b) LC: E ssobre taaes fundamentos cousa *nom tem d'obrar* pera dar a exucuçom, nem meter em proveitosa ordenança.
 - c) LEBC: E a quem boo geito *tever de sse trazer* grande avantagem, lhe dara delongadamente parecer
 - d) LEBC: se grande feito nunca lhe foy encomendado, nem o *teverom de fazer*, como sabem que discreçom teem?

Concluindo

A ordem Vprincipal Vmodal, muito frequente nos textos em Latim tardio, diminui consideravelmente nos textos portugueses entre os séculos XIII e XV. No entanto, os dados do século XIII, acima exemplificados, mostram ainda uma surpreendente quantidade de ordens de constituintes diferentes das actuais. Estas surgem muito reduzidas nos dados do século XV, sendo o número e o tipo de constituintes, tanto entre os dois verbos como entre o clítico em próclise e o verbo, também significativamente menor. Em Silva (2003) e Fiéis (2003) encontram-se quantificados dados relativos às diferentes ordens de constituintes, incluindo os casos de interpolação, em textos dos séculos XI a XIV e XIII a XVI, respectivamente.

No que respeita ao Inglês, os verbos pré-modais funcionavam como qualquer outro verbo. Na primeira fase de evolução, que Lightfoot (1979) situa no Inglês Médio, são apontadas as seguintes características do seu comportamento sintáctico:

- (i) deixam de ocorrer com complemento directo;
- (ii) não adoptam a flexão de 3ª. pessoa do singular do presente do indicativo que se generaliza à maioria dos outros verbos, porque pertenciam à classe dos presentes pretéritos que não apresentava a flexão –eþ;
- (iii) perdem quase sempre a relação temporal de presente e passado e cada forma surge com um uso independente;
- (iv) passam a ocorrer geralmente na segunda posição da frase, desaparecendo gradualmente a última posição.

Segundo Lightfoot (1979: 110), em textos do século XVI, encontram-se ainda atestações dos pré-modais em contextos diferentes daqueles dos verdadeiros modais actuais (ver Visser 1963-73):

- (i) orações infinitivas e gerundivas com o sufixo –ing (maying);
- (ii) sequências de dois (shall may)
- (iii) no particípio passado precedido de have (have mought).

A reestruturação profunda da morfossintaxe do Inglês terá sido motivada por sete alterações simultâneas nesta época. Quatro de entre elas dão origem aos verdadeiros modais:

- (i) os pré-modais deixam de aparecer em orações infinitivas;
- (ii) deixam de ocorrer com o sufixo –ing;
- (iii) deixam de aparecer um ao lado de outro;
- (iv)deixam de ocorrer com have+-en.

As restantes três mudanças são vistas por Lightfoot como independentes da reanálise dos pré-modias:

- (v) a negativa passa a ser construída com *not* a seguir aos verbos auxiliares, e *do* surge
 nas negativas em não há outro auxiliar;
- (vi) a inversão que se construía entre o sujeito e o verbo principal, passou a fazer-se apenas com auxiliares (modais, have, be e do);
- (vii) *be going to, have to, be able to* aparecem em construções perifrásticas quasimodais, semanticamente próximas dos modais *shall/will, must* e *can*, mas funcionando sintacticamente como os outros verbos.

Resulta evidente da comparação diacrónica e, também, sincrónica aqui apresentadas que, em particular, o maior ou menor enfraquecimento da morfologia flexional dos

sistemas gramaticais se reflecte na morfossintaxe dos conjuntos de elementos funcionais das línguas.

Verifica-se, ainda, que a morfologia verbal que incluía também flexões de futuro e de conjuntivo havia desaparecido entretanto do Inglês, reforçando a necessidade de gramaticalização dos semi-modais, a qual culmina na constituição da classe dos verdadeiros modais, apenas no século XVI.

No Português europeu, porque o sistema flexional verbal se mantém mais forte ao longo da sua História, distinguindo ainda formas de futuro e de conjuntivo, tanto a existência da flexão de infinitivo associada ao complemento dos verbos modais como a realização de preposição antes do verbo no infinitivo, nos casos acima referidos, são responsáveis pelo estatuto de semi-auxiliares dos verbos modais.

O processo de gramaticalização dos modais ingleses em verdadeiros auxiliares foi, efectivamente, mais longe do que aconteceu com os modais portugueses, porque as línguas respectivas desenvolveram sistemas gramaticais com morfo-sintaxes bastante distintas. Tais factos demonstram a íntima relação entre os conjuntos de itens gramaticais e as respectivas gramáticas a que estão associados, diacrónica ou sincronicamente, nas línguas aqui objecto de comparação.

Referências bibliográficas

BRIGHT's **Old English grammar and reader**. N.Y.: Holt, Reinhart and Wiston Inc., 1891.

CHOMSKY, Noam. Lectures on government and binding. Dordrecht: Foris, 1982.

CHOMSKY, Noam **The minimalist program**, Cambridge, Mass.: MIT, 1995.

FIÉIS, Maria Alexandra. **Ordem de palavras, transitividade e inausatividade. Reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI.** Lisboa: Tese de doutoramento, UNL, 2003.

GONÇALVES, Anabela. Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do português europeu. In COLAÇO, Madalena; Anabela GONÇALVES; Matilde MIGUEL; Telmo MÓIA orgs. **Quatro estudos em sintaxe do português**. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

GREENBERG, Joseph. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements in universals of language. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963.

LIGHTFOOT, David. Principles of diachronic syntax. Cambridge: CUP, 1979.

MARTINS, Ana Maria. **Clíticos na História do Português**. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, 1994.

MARTINS, Ana Maria. The loss of IP-scrambling in Portuguese. Clause structure and Word order variation. In LIGHTFOOT, David ed. **Syntactic effects of morphological change**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

MATEUS, Maria Helena et al. **Gramática da língua portuguesa.** Lisboa: Caminho, 5^a ed. 2003.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; Jaqueline Alves SCARDUELLI. Explicando as diferenças semânticas entre *ter que* e *dever*: uma proposta em semântica de mundos possíveis. **Alfa**, São Paulo, 52 (1): 215-234, 2008.

PONTES, Eunice. Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

QUIRK, Randolph et al. **A grammar of contemporary English**. London: Longman, 1972, 1980.

ROBERTS, Ian. Verbs and diachronic syntax. A comparative history of English and French. Dordrecht: Kluwer, 1993.

SILVA, Maria Cristina. A complementação infinitiva em textos latinos dos séculos XI e XII e textos portugueses dos séculos XIII e XIV. Lisboa, Tese de doutoramento, UNL, 2003.

STOWELL, Tim. Tense and modals. In: GUÉRON, J.; LECARME, J. (Ed.). **The syntax of time**. Cambridge: MIT Press, p.621-636, 2004.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **A History of English Syntax**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1972.

VISSER, Frederikus Theodorus. **An historical syntax of the English language**. Leiden: E.J. Brill, 1963-73.

XAVIER, Maria Francisca. Léxico em diacronia. Dados da história do português e do inglês. In: **Actas do 12º. Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Ed. Colibri, 1996. p. 347-356. Disponível em:

http://www.apl.org.pt/docs/actas-12-encontro-apl-1996 vol2.pdf>

XAVIER, Maria Francisca; Maria da Graça VICENTE; Maria de Lourdes CRISPIM. **Dicionário de Verbos do Português Medieval. Séculos 12 e 13/14**. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

XAVIER, Maria Francisca; Maria de Lourdes CRISPIM. O corpus e o dicionário do português medieval. In: **Anais do II Encontro de Estudos Diacrônicos do Português** (**II EDiP**). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2002. p. 313-323.

XAVIER, Maria Francisca; Maria Cristina SILVA; Maria Alexandra FIÉIS. Order Alternation in Medieval Portuguese. In **SantaBarbara Portuguese Studies**, vol. VI, Santa Barbara: Center for Portuguese Studies, University of California, 2002. p. 307-325.

XAVIER, Maria Francisca. O inglês antigo e o inglês contemporâneo. Algumas características morfossintácticas. In: **Livro de homenagem a Maria Leonor Machado de Sousa.** Lisboa: Ed. Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2004. p. 515-521.

Referências das fontes

CIPM- Corpus Informatizado do Português Medieval

/http://cipm.fcsh.unl.pt

- NT Notícia de Torto (ca. 1214) in Cintra, Luís Filipe Lindley (1990), "Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto (leitura crítica, data, redacção e comentário linguístico)", *Boletim de Filologia*, vol. XXXI, pp. 21-77. (Texto crítico pp. 37-41). Edição digitalizada para o CIPM.
- TL e TT Testamento de D. Afonso II (1214) in Costa, Pe. Avelino Jesus da (1979), "Os mais Antigos Documentos Escritos em Português", *Revista Portuguesa de História*, 17, pp. 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo). Edição digitalizada para o CIPM.
- CA 34 Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279) in Duarte, Luiz Fagundes (1986) *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*, Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- CHP Textos Notariais in Martins, Ana Maria (ed.) (1994) *Clíticos na História do Português Apêndice Documental*, vol. 2, Dissertação de Doutoramento, Lisboa. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- HGP Textos Notariais da Galiza e do Noroeste de Portugal

- in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) *História do Galego-Português*, Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- FG 6 Foros de Garvão (1267-1280) in Garvão, Maria Helena (ed.) (1992) Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico. Dissertação de Mestrado, Lisboa, FLUL, pp. 65-99. Edição digitalizada, cedida pela editora.
- FR Foro Real (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) (1987) *Afonso X, Foro Real*, Lisboa, I.N.I.C., pp. 125-309.
- TP Tempos dos Preitos (1280?) in Ferreira, José de Azevedo (ed.) in Roudil, Jean (1986) Summa de los Neuve Tiempos de los Pleitos. Édition et étude d'une variation sur un thème, Paris, Klincksieck, pp. 151-169.
- CSM 419 Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282) in Mettman , Walter (ed.) (1981), Afonso X, o Sábio (s. XIII) *Cantigas de Santa Maria*, Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega.
- LC Leal Conselheiro (1437-38)
 in Piel, Joseph (ed.) (1942) *Leal Conselheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand.
 Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez.
- LEBC Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela (sem data) in Piel, Joseph (ed. crit.) (1944) *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa, Bertrand. Edição digitalizada para o CIPM, revista por João Dionísio.